

Descompassos entre texto de partida e sua tradução: manutenção e reconfiguração de sentidos

Lucas Mario Dacuña Badaracco e Mirian Rose Brum-de-Paula
Universidade Federal de Pelotas

Abstract: This paper investigates the Brazilian Portuguese (BP) translation of the Spanish sequences formed by an auxiliary verb, the verb *poner* (to put) in past participle, with the acceptance of *to get dressed*, and an object of the clothing category, as in *Él tiene puesto un sombrero*. The excerpts come from the original version of *Strange Pilgrims* and a translated one in BP. The aim is to apply the *prototypicality* and *prominence* concepts to the analysis of the data collected in both languages. The theoretical assumptions are based upon Cognitive Linguistics findings, especially upon Rosch (1975; 1978) and Lakoff (1987).

Keywords/Palavras-chave: Translation, Prototypicality, Prominence, Cognitive Linguistics./Tradução, Prototipicidade, Proeminência, Linguística Cognitiva.

1. Introdução

Neste artigo, investiga-se a tradução, para o português brasileiro (PB), das sequências em língua espanhola compostas por um verbo auxiliar, o verbo *poner* (pôr) no particípio, com a acepção de *vestir*, e um objeto da categoria roupa, tal como em *El hombre tiene puesto un sombrero*. Os fragmentos escolhidos para análise retiram-se da versão original de *Doze Contos Peregrinos*, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, e de uma versão traduzida para o PB, do tradutor brasileiro Eric Nepomuceno. O objetivo é aplicar conceitos da Linguística Cognitiva (LC), como os de prototipicidade e proeminência, à discussão dos dados encontrados na língua-fonte (espanhol) e na língua-alvo (PB). Para isso, os trechos das duas línguas são separados conforme dois tipos diferentes de particípio, os quais, por demonstrar usos diversos,



podem ser um fator de influência nas escolhas tradutórias. Mas as estratégias de tradução do PB condicionar-se-iam somente por uma assimetria gramatical ou haveria também motivações de ordem cognitiva? A perspectiva que se defende neste trabalho é que a linguagem humana relaciona-se com habilidades globais da espécie como a categorização, a percepção e a memória, além de ancorar-se na experiência concreta para construir conceitos abstratos. Os principais autores nos quais se busca suporte teórico são Rosch (1975; 1978), Lakoff (1987), que delimitam o que se entende por *protótipos* e *categorias de nível básico*, Ferrari (2011) e Ibarretxe-Antuñano e Valenzuela (2012), que apresentam as premissas assumidas na área da LC a respeito da linguagem e da cognição.

O texto divide-se em duas seções, além da presente introdução e das considerações finais: *Linguística Cognitiva* e *Doze Contos Peregrinos*. Na primeira parte, introduz-se a Linguística Cognitiva (LC), uma área de origem recente nos estudos linguísticos cujos postulados diferem em relação a modelos tradicionais de análise linguística, como o Gerativismo. Um dos focos de interesse da LC é a habilidade de categorização, em especial, quando se utiliza para a linguagem. Haja vista que na análise dos dados do presente trabalho lança-se mão desse conceito, faz-se uma breve descrição relativa às distintas visões que se podem adotar quando se fala de categorias. Opõem-se, principalmente, os paradigmas *objetivista* e *experencialista*, nos quais se adere a concepções contrastantes de conhecimento linguístico e de categorias cognitivas. As contribuições que o experencialismo de Lakoff (1987) e a teoria de Rosch (1975; 1978) podem trazer aos estudos da tradução destacam-se no fim do primeiro bloco e direcionam a discussão dos fragmentos de *Doze Contos Peregrinos*. Na segunda parte, pois, organizam-se as sequências do tipo *auxiliar + pôr (particípio) + objeto da categoria roupa* conforme participios verbais e nominais e discutem-se os fragmentos do corpus à luz dos postulados da LC para a prototipicidade e para a proeminência. Embora breve, o detalhamento dos dados pretende chamar a atenção do leitor para as interfaces existentes entre linguagem, tradução e categorização. Busca-se, pois, atentar para além das diferenças gramaticais entre língua-fonte e língua-alvo, a fim de demonstrar que as habilidades de traduzir e de categorizar são inseparáveis, mesmo quando os sistemas linguísticos envolvidos compartilham similitudes em grande número.



2. Linguística Cognitiva

O campo de estudos da Linguística Cognitiva (LC) começou a constituir-se em meados dos anos de 1970, a partir da insatisfação de estudiosos em relação aos postulados da teoria gerativa. Nessa época, o Gerativismo, corrente cujo marco inicial associa-se à publicação da obra *Estruturas Sintáticas* (1957), de Noam Chomsky, era o modelo dominante dentro da ciência linguística (Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2012). Fundamentalmente, tal teoria defende que a linguagem humana é uma capacidade inata da espécie, separada dos demais componentes mentais e regida por uma quantidade finita de regras. A tarefa do linguista seria, pois, estudar as possibilidades combinatórias que compõem a gramática, enfatizando os padrões gerais de funcionamento comuns às diversas línguas do mundo. Para tanto, parte-se do módulo sintático da linguagem, uma vez que é aquele em que grandes semelhanças interlinguísticas são percebidas. No que respeita à aquisição da linguagem, acredita-se que a criança nasce equipada com um dispositivo específico, o qual lhe permite adquirir qualquer língua sem o menor esforço. Esse dispositivo, conhecido como *gramática universal*, dependeria do *input* apenas para ser ativado, mas não para ser moldado, logo, o papel que se dá aos estímulos linguísticos externos ao indivíduo é de caráter secundário. Eles seriam meramente um *gatilho* para despertar uma faculdade humana.

Mudanças significativas operaram-se nos anos de 1980, com o lançamento de uma série de obras cujas premissas diferiam das do Gerativismo. Dentre as mais célebres, estão *Metaphors we live by* (Lakoff; Johnson, 1980), *Foundations of Cognitive Grammar* (Langacker, 1987) e *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind* (Lakoff, 1987). Em 1989, ainda, ocorreu o primeiro Congresso Internacional de Linguística Cognitiva em Duisburg (Alemanha), organizado por um dos principais linguistas europeus, René Dirven. Graças ao evento, fundou-se a *Associação Internacional de Linguística Cognitiva (International Cognitive Linguistics Association – ICLA)*, e novas edições do congresso passaram a ser feitas a cada dois anos. No mesmo período, em 1990, surgiu a revista da ICLA, *Cognitive Linguistics*, além de vários outros periódicos em que se difundia a perspectiva da LC. Hoje, a área é bem estabelecida dentro dos estudos linguísticos internacionalmente; no Brasil, embora não haja uma



bibliografia expressiva se comparada à de outras vertentes, tem havido iniciativas para divulgar a LC. A publicação de *Introdução à Linguística Cognitiva* (Ferrari, 2011), por exemplo, buscou suprir uma carência: que houvesse uma obra de caráter introdutório, em que se expusessem as bases da LC para torná-la familiar a estudantes e pesquisadores de Linguística, Psicologia, Antropologia, Sociologia e áreas afins.

2.1 Bases teóricas da LC

A LC concebe a linguagem humana como uma capacidade inter-relacionada com outras habilidades cognitivas da espécie. Assumir que a linguagem não é um módulo independente no cérebro faz com que o foco dos estudos em LC seja investigar as relações existentes entre a linguagem e as faculdades gerais da cognição (p. ex.: categorização, memória, percepção). Desde uma perspectiva biológica, não há respaldo teórico de que os seres humanos tenham desenvolvido um dispositivo especial para adquirir línguas ao longo da evolução. Tomasello (2003), nesse sentido, atenta para um problema cronológico: não teria havido tempo suficiente para que emergisse no homem um órgão específico para a linguagem. Considere-se que “[...] foi apenas nos últimos 2 milhões de anos que a linhagem humana deixou de apresentar apenas habilidades cognitivas típicas de grandes macacos [...]” (Tomasello, 2003, p.04). Segundo este autor, somente um mecanismo biológico pode ter sido responsável pelas alterações no comportamento e na cognição do moderno *homo sapiens*: a *transmissão social ou cultural*, “[...] que funciona em escalas de tempo de magnitudes bem mais rápidas do que as da evolução orgânica.” (*op. cit.*).

Defende-se, em suma, que os pilares para a construção da linguagem humana são experienciais, ancorados em um conhecimento de mundo apreendido por meio das bases sociais e fisiológicas da espécie. Como alternativa à proposta de que a linguagem teria surgido no curso da evolução humana, lança-se mão do conceito de *aprendizagem cultural*, uma forma poderosa de aprendizagem social (*ibidem*). A língua, sob esse enfoque, decorre de processos de sociogênese, nos quais vários indivíduos criam, em conjunto, algo que nenhum deles poderia criar sozinho.



“Esse poder especial origina-se diretamente do fato de que, quando um ser humano está aprendendo ‘através’ de outro, ele se identifica com esse outro e com seus estados intencionais e às vezes mentais.” (Tomasello, 2003, p.08). Em outros termos, as origens da linguagem humana explicam-se a partir das habilidades cognitivas gerais e das características físicas que os indivíduos possuem. A linguagem estaria, dessa forma, interconectada com todas as outras capacidades da espécie desde o início da vida humana.

Ao passo que no Gerativismo o interesse primordial é a sintaxe, na LC, o foco é a semântica. Em palavras mais precisas,

[...] se a teoria gerativa postula que o significado de uma sentença é definido pelas condições sob as quais se pode interpretá-la como falsa ou verdadeira (e, portanto, o significado é concebido como reflexo da realidade), a Linguística Cognitiva defende que a relação entre palavra e mundo é mediada pela cognição. Assim, o significado deixa de ser um reflexo direto do mundo, e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado. (Ferrari, 2011, p.14).

Dessa forma, não se aborda o significado linguístico de modo objetivista. Isso significa que a língua não representa a realidade exterior ao homem exatamente como é. Ela representa a realidade construída a partir da experiência que o ser humano tem com o mundo à sua volta. Em geral, exemplifica-se tal afirmação aludindo à habilidade de categorização, particularmente, referindo investigações sobre cores.

Sabe-se que o espectro cromático enxergado pelo homem não se compara ao de outras espécies: enquanto muitos animais têm acesso a uma gama de cores bastante mais extensa (como o *squilla mantis*), outros dispõem de uma capacidade visual mais limitada no que diz respeito à variedade cromática (como cães). De fato, ao analisar as palavras que o léxico das línguas tem para cores, estudos comprovam a correlação entre os conceitos linguísticos e o aparato visual. Não há palavras, em língua nenhuma, para designar uma cor que o ser humano seja incapaz de ver. Evidenciou-se também que, apesar de existir grandes diferenças interlinguísticas no que



tange aos termos usados para exprimir as cores nas línguas, há semelhanças fundamentais de base fisiológica. Brent Berlin e Paul Kay, em uma das pesquisas mais relevantes para a LC¹, por exemplo, afirmam que as cores focais são sempre preferidas pelos falantes quando se trata de apontar melhores exemplares. Assim, em uma língua contendo uma palavra que englobasse verde e azul (hipoteticamente, *verzul*), o melhor exemplar não seria uma mistura ideal dos dois, mas sim um verde ou um azul focais, visto que eles são mais salientes à visão. O conceito *verzul*, portanto, não mudaria a percepção dos falantes no momento de sinalizar um bom exemplo dessa cor (Lakoff, 1987).

Embora na LC enfoque-se o significado, no Gerativismo, também há uma perspectiva adotada em relação à semântica. Nela, as palavras podem ser decompostas em traços de sentido bem determinados, como em *solteiro*: [+ adulto] e [- casado]. O conhecimento linguístico sobre significados, na cognição, portanto, funcionaria de modo similar ao de um dicionário, em uma área específica, o que vai ao encontro da hipótese da modularidade. Em suma, na visão gerativista,

[...] assume-se que o conhecimento linguístico é representado em um componente especializado, denominado *dicionário mental* ou *léxico*, e dentro dessa perspectiva, os significados linguísticos armazenados na mente podem ser definidos de forma semelhante ao modo como aparecem no dicionário. (Ferrari, 2011, p.16, grifos da autora).

Assim, informações contextuais (ou pragmáticas) não seriam de interesse da ciência linguística, que deveria limitar-se ao que pode ser formalmente analisado mediante traços significativos. Derivada dessa ótica, inclusive, surgiu a dicotomia *semântica x pragmática*, que, até hoje, é bem aceita dentro das fronteiras gerativas e que impulsionou os estudos em semântica lexical a partir dos anos de 1960. Não obstante, muitas questões começaram a pôr em dúvida a validade dessa rígida separação entre o significado propriamente linguístico (do domínio da semântica) e o significado extralinguístico (do domínio da pragmática). Por exemplo, qual é o critério usado

¹ O título do artigo é *Basic Color Terms: Their Universality and Evolution*, de 1969.



para determinar que um aspecto semântico de uma palavra é mais ou menos relevante? Por que uma definição associada ao conhecimento linguístico importa mais que uma relacionada ao conhecimento extralinguístico ao analisar o sentido de um vocábulo? Como explicar que o termo *solteiro*, embora passível de decomposição em traços, não se aplique a entidades como o papa, o qual também seria [+ adulto] e [- casado]?

Na visão da LC, não há traços de sentido mais ou menos relevantes em uma palavra: cada conhecimento a respeito do vocábulo importa para sua caracterização. Resumindo, “[...] *tudo* o que sabemos sobre algo pode ser potencialmente relevante em um momento dado e, portanto, há de optar-se por uma visão do significado de *enciclopédia* mais que de *dicionário*.” (Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2012, p.17, grifos dos autores).² O motivo para defender-se isso é que o significado, na linguagem, é sempre contextualizado, logo, saberes pragmáticos teriam o mesmo status de relevância daqueles semânticos. O contexto, aliás, não é só externo aos enunciados:

[...] uma dada sequência é interpretável apenas em relação a um contexto, mas ao mesmo tempo a sequência desencadeia tipos de contextualizações com as quais ela é compatível. Assim, o contexto está, na sua relação com a sequência contextualizada, numa relação ao mesmo tempo de dependência e de independência. (De Vogüé et al., 2011, p.23).

Dessa maneira, a dicotomia semântica x pragmática e as dúvidas decorrentes dela desaparecem. No caso da palavra *solteiro*, é justamente através do conhecimento extralinguístico, acerca dos papéis sociais atribuídos a cada indivíduo, que é possível dissociar *papa* de *solteiro*. Para Ferrari (2011), assim como para Ibarretxe-Antuñano e Valenzuela (2012), o conhecimento linguístico aproximar-se-ia de uma enciclopédia: uma rede de informações relativas às palavras e à experiência com elas. Observe-se que tal hipótese não implica conceber os significados das palavras como pertencentes a um sistema de definições desconexo e caótico. Contrariamente, “[...] a semântica cognitiva caracteriza o conhecimento enciclopédico como um sistema

² “[...] *todo* lo que sabemos sobre algo puede ser potencialmente relevante en un momento dado y por lo tanto, hay que optar por una visión del significado de *enciclopedia* más que de *diccionario*.”



estruturado e organizado em rede [...]” (Ferrari, 2011, p.19). Uma análise linguística baseada na proposta de dicionário, por exemplo, não poderia explicar os diferentes sentidos que a preposição *em* adquire nos seguintes enunciados (adaptado de Ferrari, 2011):

(01) O presente está *na* caixa.

(02) As flores estão *no* vaso.

(03) A comida está *na* mesa.

(04) A luva está *na* minha mão.

Tradicionalmente, diz-se que a preposição *em* indica uma relação entre uma entidade e um objeto de referência que se caracteriza por conter o primeiro. Contudo, há aspectos das cenas espaciais (01), (02), (03) e (04) que não se explicam por essa definição. Em (01), infere-se que a entidade (*o presente*) está totalmente contida no objeto (*a caixa*); em (02), assume-se que a entidade (*as flores*) está parcialmente contida no objeto (*o vaso*); em (03), supõe-se que a entidade (*a comida*) não está propriamente contida no objeto (*a mesa*), mas jaz em sua superfície; em (04), presume-se ser o primeiro elemento (*a luva*) que contém o segundo (*a mão*). O que a LC defende é que o sentido das palavras nos enunciados depende de uma combinação com os elementos circundantes. Ademais, quando está em jogo a definição de uma unidade relacional, como uma preposição, é essencial o conhecimento a respeito das relações estabelecidas entre entidade e objeto. Por exemplo, o que possibilita interpretar que, em (01), a entidade está completamente dentro do objeto é o saber relativo ao modo como presentes são dados (em geral, dentro de algum tipo de embalagem, como uma caixa ou um papel de presente). Por sua vez, em (02), ativa-se o saber sobre a melhor maneira para conservar uma flor quando se tem um vaso. Em (03), imagina-se a cena de comida em cima da superfície de uma mesa graças à experiência que o ser humano tem com os possíveis usos desse objeto. Por fim, em (04), é preciso saber que a forma comum de utilização de uma luva é envolvendo a mão. Portanto, em todos os casos, é necessário resgatar as experiências que se tiveram com os objetos a fim de interpretar as cenas da maneira convencional.



2.2. Categorização e tradução

Conceber a linguagem humana como integrada a outras habilidades cognitivas da espécie implica analisá-la a partir de interfaces, e não isoladamente. Por isso, as relações linguagem/memória, linguagem/percepção e linguagem/categorização são de especial interesse em pesquisas em Linguística Cognitiva. Nesta seção, enfatiza-se a última, posto que é a mais explorada no presente trabalho. A pertinência de estudar tal assunto pode ser assim resumida:

Se examinamos de forma adequada a maneira em que se produzem os fenômenos de categorização, pode-se ver que muitos dos fenômenos linguísticos mais difíceis de apreender devido à sua variabilidade adquirem, de repente, muito mais sentido. (Ibarretxe-Antuñano; Valenzuela, 2012, p.16).³

A categorização é central para o processamento das informações a que os seres humanos são constantemente expostos. A todo instante em que se vê algo ou em que se raciocina sobre algo, categoriza-se. No que tange à linguagem, ao produzir ou ao ouvir qualquer sentença de extensão significativa, recorre-se a dezenas ou centenas de categorias: categorias de sons da fala, de palavras, de frases e orações, de conceitos. Sem tal habilidade, o ser humano não poderia funcionar, no mundo físico ou na vida social e intelectual. Entender como se categoriza, pois, é central para compreender como o ser humano pensa e funciona (Lakoff, 1987).

Para abordar os estudos sobre categorização, toma-se como base uma obra considerada clássica nas ciências cognitivas: *Women, fire and dangerous things*, de George Lakoff, ainda sem tradução para o português. Nela, sintetizam-se os modos de entender o processo da categorização ao longo do pensamento ocidental, desde Aristóteles. Um dos objetivos do autor é alertar sobre o tipo de pressupostos que a chamada *teoria clássica de categorização* carrega consigo, em oposição às premissas de novos modelos. Ao pensamento tradicional sobre categorização chama-se *objetivista*; ao pensamento a que Lakoff (1987) adere chama-se *realista-experencialista*.

³ “Si examinamos de manera adecuada la manera en que se producen los fenómenos de categorización, se puede ver que muchos de los fenómenos lingüísticos más difíciles de aprehender por su variabilidad cobran de repente mucho más sentido.”.



Um dos tópicos centrais para ambas é a categorização. Como ela se concebe, afinal? No objetivismo, as categorias caracterizam-se somente pelas propriedades compartilhadas entre seus membros, ou seja, (a) independentes da natureza corpórea dos seres que categorizam e (b) isentas de mecanismos imaginativos, como as metáforas e as metonímias. No realismo-experencialista, a experiência corpórea concreta e o modo como se usam os mecanismos imaginativos são centrais para explicar a maneira pela qual se constroem as categorias e pela qual se atribui sentido à experiência. As ciências cognitivas, nos últimos 40 anos, têm passado por uma transição, apoiada em novos dados sobre categorização, que corroboram a vertente experencialista. Ressaltam-se, nesse sentido, as implicações do surgimento da *teoria de protótipos e de categorias de nível básico*, proposta por Eleanor Rosch.

Durante um longo período, acreditou-se que as categorias fossem contêineres abstratos, nos quais os elementos se inseriam ou não com base nas propriedades compartilhadas entre eles. Essa teoria clássica, no entanto, perpetuou-se sem embasamento nenhum, uma vez que não se elaborou a partir de nenhum estudo empírico, nem foi um tópico de discussão científica. Segundo Lakoff (1987), ela estabeleceu-se a partir de meras especulações e passou a tomar-se como verdadeira na maioria das disciplinas escolares. Até pouco tempo (primeira metade do século XX), sequer se admitia que a teoria clássica de categorias fosse uma *teoria* de fato. O seu status era, desse modo, o de verdade inquestionável e absoluta. Não obstante, em pouco tempo, o panorama sofreu mudanças devido aos avanços das diversas disciplinas cognitivas, como a linguística e a psicologia. As contribuições de Eleanor Rosch, por exemplo, foram significativas. Em seus trabalhos, a autora enfocou duas implicações da teoria clássica: (i) se as categorias definem-se somente pelas propriedades compartilhadas entre todos seus membros, nenhum membro, então, deve ser melhor exemplar de categoria que outro; (ii) se as categorias definem-se somente pelas propriedades inerentes aos membros, elas devem ser independentes dos seres que categorizam; ou seja, elas não devem envolver questões neurofisiológicas humanas. Com base em numerosos dados de investigações, Rosch (1975; 1978), Rosch e Mervis (1975), Rosch et al. (1976) e outros teóricos propuseram que as categorias têm melhores exemplares (chamados de *protótipos*) e que



várias capacidades humanas – como a percepção, a aprendizagem, a memorização ou a comunicação – influenciam a categorização.

A proposta de Rosch vai de encontro à metáfora contemporânea da mente como computador. Nela, a mente manipularia símbolos abstratos da mesma forma que um computador o faz. De modo implícito, essa concepção de raciocínio carregaria consigo a teoria clássica de categorização. Isso ocorreria por vários motivos. No objetivismo, por exemplo, se os símbolos em geral só adquirem significado por meio da sua correspondência com coisas, os símbolos categoriais adquiririam significado somente por meio de sua correspondência com categorias do mundo. Assim, as categorias seriam vistas como existentes no mundo e como independentes dos seres humanos. Na abordagem da teoria do protótipo defendida por Lakoff (1987), postula-se, ao contrário, que a categorização humana é uma questão de experiência e imaginação humanas: de percepção, de atividade motora e de cultura, por um lado; de metáfora, de metonímia e de imagética mental, por outro.

Conforme Rosch (1978), pesquisas atestam que qualquer categoria sofre *efeitos prototípicos*, o que se verifica através dos juízos dos falantes. O status que cada elemento tem em determinada categoria não é o mesmo: enquanto alguns representantes categoriais concebem-se como *bons exemplares*, outros não. Surgem, dessa forma, as ideias de *prototipicidade* (associada à de bons exemplares categoriais) e de *radialidade* (associada à de maus exemplares categoriais). Quando se pensa na categoria *veículo*, por exemplo, falantes não de concordar, em testes de prototipicidade, que *automóvel* é um melhor exemplar categorial que *elevador*.⁴ Segundo a autora, porém, não se pode afirmar que as categorias estruturam-se a partir de protótipos, pois estes ocorrem também em categorias *ad hoc*, como mostrou o trabalho de Barsalou (1983; 1984). Em suma, se falantes são capazes de apontar melhores e piores exemplares em categorias inventadas (como *maneiras de entretenimento nos fins de semana*), protótipos não existiriam. O que existiria, de fato, são efeitos prototípicos decorrentes da natureza dos modelos cognitivos.

⁴Esse exemplo pode-se encontrar em Rosch (1975).



A teoria de protótipos e de categorias de nível básico fornece uma alternativa no que tange à categorização em diversos campos de pesquisa, tal como o dos estudos da tradução. Tradicionalmente, a teoria adotada para realizar análises a respeito da categorização e do significado de unidades em uma língua-fonte e em uma língua-alvo sequer era, de fato, debatida. Nas palavras de Snell-Hornby (1999, p.56-57),

os estudos da tradução têm enfrentado os obstáculos dos modelos tradicionais de categorização, que funcionam a partir de divisões drásticas, oposições binárias, antíteses e dicotomias. Estas costumam ser meros construtos acadêmicos que só paralisam a diferenciação requerida em todos os aspectos dos estudos da tradução.⁵

No presente trabalho, busca-se aplicar algumas noções que caracterizam a teoria de Rosch à tradução interlinguística, ou *propriamente dita* (Jakobson, 2010). Por meio da discussão de trechos originais e traduzidos da obra *Doze Contos Peregrinos*, objetiva-se verificar a influência que os efeitos prototípicos exercem no momento de traduzir estruturas características de uma língua-fonte para uma língua-alvo, na qual se requerem mudanças de ordem sintática e semântica. Seria possível que o modo como se arquitetam as categorias na cognição transparecesse no processo tradutório entre duas línguas próximas? Se a resposta for positiva, significará que a equivalência é impossível nos casos em que a prototipicidade condiciona as escolhas linguísticas do tradutor? No que concerne ao segundo questionamento, parte-se da premissa da impossibilidade da equivalência total, uma ilusão que toma por base a existência de simetria entre os sistemas linguísticos. Uma investigação focada no significado das unidades na tradução requer que seja

[...] transmitida a opinião da ineficácia da equivalência como conceito básico na teoria da tradução: o termo *equivalência*, além de ser impreciso e de estar mal definido (inclusive depois de um intenso debate de mais de vinte anos), apresenta uma ilusão de simetria entre as línguas, apenas existente perpassando o âmbito de certas

⁵ “Los estudios de traducción han estado obstaculizados por los modelos tradicionales de categorización, que funcionan mediante divisiones drásticas, oposiciones binarias, antítesis y dicotomías. Éstas suelen ser meros constructos académicos que sólo paralizan la diferenciación requerida en todos los aspectos de los estudios de traducción.”.



aproximações, que distorce a problemática essencial da tradução. (Snell-Hornby, 1999, p.41, grifo da autora).⁶

Em consonância com tal colocação, na análise dos dados coletados, não se visa a encontrar estruturas similares às do original na tradução, haja vista que cada língua tem um comportamento único ao exprimir o mesmo evento ou ao retratar a mesma cena. Tampouco se pressupõe que existam maneiras mais ou menos corretas na tradução dos trechos investigados, pois, em todos, a língua-alvo busca manter a essência da língua-fonte. Como afirma Ramos (2000, p.30),

traduzir, realocar, alude sempre a um movimento em que algo se conserva intacto, aspira inclusive a continuar sendo o mesmo. A troca das moedas de um país ao de outro diferente, ou a troca de unidades em uma magnitude física – casos mais correntes de tradução –, consistem em conservar um valor equivalente expressando-os de modos distintos. O texto original é diferente do texto na língua meta, mas algo deve ser conservado para que os dois textos aspirem a dizer o mesmo; ou mais exatamente, para que o texto traduzido aspire a dizer o mesmo que o original.⁷

Assim, o foco deste trabalho são os modos como se transmite, na língua-alvo, uma informação que aspira a ser a mesma da língua-fonte. Defender que a versão traduzida nunca é igual à original torna inútil, por exemplo, levantar discussões a respeito da adequação ou da inadequação de escolhas do tradutor. Neste estudo, portanto, acredita-se que não há uma alternativa *melhor* ou *pior* para traduzir as sequências em língua espanhola formadas por *auxiliar + pôr (particípio) + objeto da categoria roupa*. Os interesses são analisar o que cada estratégia tradutória preserva em relação à original e compreender quais mecanismos cognitivos influenciam a utilização de cada uma na língua-alvo.

⁶ “[...] se transmite la opinión de la ineficacia de la equivalencia como concepto básico en teoría de la traducción: el término *equivalencia*, aparte de ser impreciso y estar mal definido (incluso después de un intenso debate de más de veinte años), presenta una ilusión de simetría entre las lenguas, apenas existente más allá del ámbito de ciertas aproximaciones, que distorsiona la problemática esencial de la traducción.”

⁷ “Traducir, trasladar, alude siempre a un movimiento en el cual algo se conserva intacto, aspira incluso a seguir siendo lo mismo. El cambio de las monedas de un país al de otro diferente, o el cambio de unidades en una magnitud física – casos más elementales de traducción –, consisten en conservar un valor equivalente expresándolos de modos distintos. El texto original es diferente del texto en la lengua meta, pero algo debe conservarse para que los dos textos aspiren a decir lo mismo; o más exactamente, para que el texto traducción aspire a decir lo mismo que el original.”



3. Doze contos peregrinos

O total de sequências do tipo *auxiliar + pôr (particípio) + objeto da categoria roupa* na versão original de Doze Contos Peregrinos foi de 10 ocorrências. Uma metade (cinco ocorrências) respeita a participios nominais e a outra a participios verbais. Tal distinção é importante, pois, como aponta Perini (2010), há diferenças significativas quanto ao comportamento gramatical de ambos no PB.⁸ Enquanto participios verbais são regulares do ponto de vista morfológico e semântico, participios nominais são, em geral, irregulares no domínio da morfologia e, por vezes, no da semântica.⁹ Além disso, em língua espanhola, o verbo *poner* (pôr) usa-se nas duas formas de participio, o que não acontece no PB. Para um caso de participio verbal, como *El niño se había puesto un gorro*, existiria, portanto, uma tradução mais *parecida* com o original que para um caso de participio nominal, como *El niño tenía un gorro puesto*. Tomando em conta essa particularidade relativa aos participios nas línguas do *corpus*, os dois grupos foram separados.¹⁰

Tabela 01: Participios verbais

Espanhol	Português brasileiro
(1) “Se había puesto la bata africana”	(T1) “Havia vestido a túnica africana”
(2) “La pañoleta de cocina que se había puesto en la cabeza”	(T2) “O lenço de cozinha que havia posto na cabeça”
(3) “Se había puesto [...] una túnica parda de lienzo basto”	(T3) “Havia posto [...] uma túnica parda de algodão tosco”
(4) “[Se había puesto] unas sandalias de cuero crudo”	(T4) “[Havia posto] umas sandálias de couro cru”
(5) “El traje formal que se habían puesto para la cena”	(T5) “A roupa formal que haviam vestido para o jantar”

⁸ Pode-se dizer que, na língua espanhola, os dois tipos de participio também têm padrões diferentes de funcionamento.

⁹ As formas *impresso* e *imprimido*, por exemplo, diferem em termos de morfologia. A primeira, um participio nominal, concorda em gênero e número com o nome a que se liga, comportando-se como adjetivo (“As folhas estão *impressas*”). A segunda, um participio verbal, não faz nenhuma concordância nominal e mantém sempre a mesma terminação, comportando-se como um verbo (“Ele tem *imprimido* várias folhas”).

¹⁰ Todos os trechos são retirados da obra original de García Márquez (2011) e de sua tradução (1992).



Tabela 02: Particípios nominais

Espanhol	Português brasileiro
(6) “Totó estaba [...] con la máscara puesta”	(T6) “Totó estava [...] com a máscara no rosto”
(7) “Lo único que llevaba puesto era un calzoncillo”	(T7) “A única coisa que vestia era uma cueca”
(8) “Se revolcó [...] con el abrigo [que llevaba] puesto”	(T8) “Se espojou [...], vestindo o sobretudo”
(9) “La ropa que llevaba puesta”	(T9) “A roupa que vestia”
(10) “Se tiró boca abajo en la cama con el abrigo [que llevaba] puesto”	(T10) “Atirou-se de boca na cama, vestindo a jaqueta”

Na tabela 01, observa-se que as alternativas do tradutor para *puesto* foram duas: *posto*, para os trechos (2), (3) e (4), e *vestido*, para (1) e (5). Pensando apenas em termos estruturais, por tratar-se de um particípio verbal, poder-se-ia ter optado, em todos os casos, pela forma mais parecida com a língua-fonte, *posto*. Por outro lado, na tabela 02, alternativas mais literais não foram constatadas, pois o particípio nominal de *pôr* não é usual aos falantes do PB nos contextos encontrados na língua-fonte. Assim, sentenças como “A única coisa que levava posta era uma cueca”, para (7), poderiam suscitar, em leitores do PB, certa dúvida de interpretação, o que causaria uma diferença em relação à língua-fonte. Leitores do espanhol, de fato, entendem (7) e todos os outros enunciados sem quaisquer dificuldades: tais construções são comuns e frequentes na língua escrita. Mesmo em gêneros textuais em que a forma é extremamente relevante para o conteúdo veiculado, tradutores preferem a naturalidade de significado evocada por formas distantes das da língua-fonte ao estranhamento trazido por formas parecidas, mas de uso e sentido discrepantes na língua-alvo. No poema, por exemplo, “[...] entre duas versões igualmente corretas, muitos preferem optar, como já Voss havia observado muito bem, por uma certa naturalidade em detrimento de uma superior beleza rítmica.” (Humboldt, 2001, p.103). Em *Doze Contos Peregrinos*, pode-se afirmar que o tradutor do PB escolheu as traduções mais naturais,



preservando o estilo próximo da oralidade que o próprio García Márquez destaca no prefácio da obra.

Na tabela 02, percebe-se que as alternativas do tradutor para *puesto* foram também duas, uma com *vestir*, para os trechos (7), (8), (9) e (10), e outra sem um estado resultante explícito, para (6). Esta última sentença pode-se considerar a mais distante no que tange a modos de expressão informacional entre o espanhol e o PB. Enquanto no trecho original o particípio *puesta* informa que o objeto (*a máscara*) está sendo usado pela entidade (*Totó*); na tradução, o adjunto (*no rosto*) indica a localização espacial do objeto na entidade. Em espanhol, explicita-se o processo ocorrido (*pôr*) por meio do estado final (*puesto*), inferindo-se em que lugar da entidade a máscara se encontra (*no rosto*); em português, por sua vez, há uma inversão: explicita-se o locativo, inferindo-se o processo ocorrido e o estado final.¹¹

A organização diferente de informações nas duas línguas mostra que a proeminência relativa de elementos explicitamente mencionados não é a mesma. Em (6), por exemplo, *no rosto* é uma informação subjacente a *máscara puesta*, sendo redundante aos falantes de espanhol a combinação *máscara puesta en el rostro*. Em (T6), embora não haja redundâncias, seria possível omitir *no rosto*. Esses casos são comuns até em traduções intralinguísticas, já que “[...] podem ser ilustrados pelo contraste semântico entre pares de expressões como: *triângulo* vs. *polígono de três lados*; *alcatra* vs. *carne retirada da parte traseira do boi*; *colher* vs. *utensílio culinário utilizado pela civilização ocidental moderna na alimentação, para degustação de cremes e sopas*.” (Ferrari, 2011, p.66, grifos da autora). Conquanto apresentem conteúdos semânticos equivalentes, os pares contrastam, na medida em que “[...] o segundo membro de cada caso menciona explicitamente certos componentes semânticos, tornando-os mais proeminentes do que normalmente seriam.” (Ferrari, 2011, p.67). Saindo do nível lexical rumo ao sintático, ter-se-ia o par *máscara puesta* vs. *máscara no rosto*. A questão que surge e que traz à tona a teoria de

¹¹ Slobin (1996, p.84), nesse sentido, aponta um caso semelhante, que também envolve o uso do particípio, ao comparar relatos de crianças falantes nativas de inglês e de espanhol. Para referir-se a uma cena em que há um menino em cima de uma árvore, na língua inglesa, preferem-se construções como “The boy climbed the tree”; na língua espanhola, ocorrem enunciados como “El niño está subido en el árbol”. No inglês, explicita-se a trajetória (*para cima*, expressa por *subir*) e infere-se o estado final (*em cima*); no espanhol, explicita-se o estado final e infere-se a trajetória. Esse exemplo evidenciaria uma característica mais geral no discurso de cada língua: o inglês tenderia a explicitar trajetórias e a inferir estados finais; o espanhol, a explicitar locativos e estados finais e a inferir trajetórias.



protótipos é a seguinte: por que o tradutor não usou *vestir*, como em outros fragmentos, em vez de salientar uma informação latente da língua-fonte e alterar a proeminência relativa?

Visando a responder a esse questionamento, atente-se para o tipo de objeto com que *vestir* ocorre: *túnica*, *sobretudo*, *jaqueta*, *cueca* e *roupa*. Por sua vez, os objetos presentes nas outras estratégias são os seguintes: *túnica*, *lenço de cozinha*, *sandália* e *máscara*. É possível perceber que o status dos elementos desses dois grupos não é idêntico, mas, sim, bem distinto, o que se corrobora na literatura. Em uma de suas pesquisas, Rosch (1975) comprovou que a categoria roupa, não diferentemente de outras, revela efeitos prototípicos. No experimento da autora, o qual se realizou com falantes de língua inglesa, pediu-se a sujeitos que pontuassem membros de diversas categorias (vegetais, aves, esportes, brinquedos etc.) de acordo com sua representatividade dentro do grupo. As pontuações atribuídas variaram entre um (1.0) e sete (7.0): quanto mais representativo de uma classe fosse um exemplar categorial, mais próximo de um ponto (1.0) ele estaria; quanto menos representativo, mais próximo de sete pontos (7.0) situar-se-ia. Para roupas, por exemplo, *jaqueta* obteve 1.68; *sobretudo*, 1.88; *cueca*, 2.01, indicando que tais objetos reconhecem-se como exemplares prototípicos. De outro lado, *sandália* recebeu 3.56, enquanto *lenço de cozinha* ou *máscara* sequer apareceram na extensa lista de objetos. Comparando esses últimos dois elementos com alguns menos representativos da categoria, como *lenço de mão* (5.87), *anel* (6.11) ou *bracelete* (6.24), pode-se deduzir que ambos estariam mais próximos do fim da lista que do topo. *Túnica*, por seu turno, poder-se-ia considerar um membro intermediário, nem prototípico nem radial. Na tabela seguinte, esquematiza-se o status dos exemplares encontrados na versão do PB de Doze Contos Peregrinos

Tabela 03: Prototipicidade dos objetos do *corpus* na categoria roupa

Mais prototípico							Menos prototípico	
Jaqueta	Sobretudo	Cueca	Túnica	Sandália	Lenço de cozinha	Máscara		



Em relação à palavra *roupa*, a diferença é que não se refere a um objeto de nível básico como os outros, mas sim ao nível superordenado, ou seja, de maior abstração. Segundo Rogers e McClelland (2004), para acessar os níveis de categorização superordenado e subordinado, o raciocínio passa antes pelo nível de entrada: o nível básico. Assim, quando se pensa no conceito superordenado *roupa*, recorre-se, em primeiro lugar, aos objetos salientes (mais prototípicos) do nível inferior, como *saia*, *calças* ou *camisa*.

O processo *vestir* no PB parece ser o preferido na tradução das sequências investigadas quando acompanha membros que se consideram mais representativos da categoria roupa. Ao pensar nas sequências *vestiu uma sandália*, *vestiu um lenço de cozinha* e *vestiu uma máscara* em oposição a *vestiu uma jaqueta*, *vestiu um sobretudo* e *vestiu uma cueca*, falantes do PB hão de perceber uma diferença entre os dois grupos. Enquanto no segundo há poucas dúvidas em relação à compatibilidade entre processo e objeto, no primeiro, algumas perguntas podem ser feitas a esse respeito. Sandálias, lenços de cozinha e máscaras são, de fato, roupas que se vestem como qualquer outra? Não seriam, em verdade, acessórios que se colocam em alguma parte específica do corpo? Brown (1965 apud Lakoff, 1987) afirma que tanto as categorias superordenadas como as subordinadas são *construtos da imaginação*¹², por isso, pode-se conceber um acessório fora da categoria de roupa, já que se trata do nível superordenado. Ademais, para acessórios, é comum expressar uma informação locativa, como se vê em (T2) e em (T6); para exemplares prototípicos de roupa, porém, locativos são pouco frequentes ou de difícil especificação. Que tipo de locativo ocorreria com *colocou uma jaqueta? Nos ombros?* Não parece haver a mesma necessidade do locativo nesses casos que em *colocou sandálias (nos pés)* ou *colocou uma máscara (no rosto)*. Para alguns objetos, inclusive, essa informação parece ser quase obrigatória, como *lenço de cozinha*. Com base na experiência concreta, essa peça pode ser utilizada de formas diferentes: na cabeça, no pescoço, na cintura. Por isso, um locativo faz-se imprescindível tanto em (2) quanto em (T2).

¹²No original, “achievements of the imagination”.



Tais reflexões, além de pertinentes ao estudo da categorização, trazem benefícios aos estudos de tradução. Por meio delas, pode-se compreender melhor o caminho que a mente de tradutores brasileiros percorre ao deparar-se com sequências do tipo *auxiliar + pôr (particípio) + objeto da categoria roupa* da língua espanhola. De modo geral, defende-se que a tradução das unidades linguísticas não é uma atividade de mera manipulação de símbolos abstratos, mas, sim, de interfaces profundas com outras capacidades cognitivas. A discrepância na categorização dos objetos da categoria roupa, juntamente com os dados encontrados na versão do PB de *Doze Contos Peregrinos*, possibilita formular a hipótese de que a habilidade para traduzir correlaciona-se com a de categorizar. No momento em que descarta a ideia de relacionar o processo *vestir* com elementos pouco representativos da categoria roupa, o tradutor categoriza. No momento em que não tem dúvidas que *máscara no rosto* é perfeitamente aceitável no PB para *máscara puesta*, do espanhol, o tradutor lança mão da própria experiência com esse objeto.

4. Considerações finais

Neste artigo, objetivou-se despertar o interesse dos leitores para o papel que a categorização pode ter no entendimento do processo tradutório. Para tanto, compararam-se fragmentos da obra em língua espanhola *Doze Contos Peregrinos*, escrita por Gabriel García Márquez, com as respectivas traduções encontradas na versão em português brasileiro (PB), realizada por Eric Nepomuceno. Os trechos dizem respeito à sequência *auxiliar + pôr (particípio) + objeto da categoria roupa* do espanhol, para a qual se constataram diversas estratégias de tradução no PB. O total de ocorrências ao longo do livro foram 10, cinco (05) relativas a participípios verbais e cinco (05) a participípios nominais. Além de atestar uma esperada assimetria gramatical entre os dois sistemas linguísticos do *corpus*, decorrente dos usos distintos em cada um do verbo *pôr* no participípio, encontrou-se uma regularidade no que respeita às alternativas escolhidas pelo tradutor do PB. Embora à primeira vista pudessem parecer pouco transparentes, as opções de Nepomuceno seguem um padrão lógico se forem focalizadas à luz da teoria de protótipos e de categorias de nível básico, de Rosch. Os modos de tradução no PB variaram, nos fragmentos selecionados, conforme o status dos objetos da categoria roupa, estabelecido com base na



pesquisa de Rosch (1975). Ao passo que o processo *vestir* utilizou-se junto com exemplares mais representativos da categoria roupa, outras estratégias ocorreram junto com exemplares menos representativos. Dentre elas, atentou-se para uma na qual a proeminência relativa foi alterada: uma informação latente na língua-fonte tornou-se explícita na língua-alvo. Os dados permitem fazer questionamentos a respeito da categoria superordenada roupa: roupas que não se vestem, mas que se usam em um lugar específico do corpo seriam, de fato, roupas no PB? Talvez, se for obtido um maior número de ocorrências, possa argumentar-se que se está diante de acessórios, não roupas. Seja qual for a categoria superordenada, como os estudos de categorização comprovam, os limites categoriais não são precisos e bem fixados, mas sim difusos e variáveis, principalmente, nos níveis que são *construtos da imaginação* (superordenado e subordinado). Para os estudos da tradução, por sua vez, o presente estudo significa conceber a tradução como uma atividade essencialmente humana, de natureza criativa e não mecânica. A máquina, aliás, conseguirá traduzir somente “[...] quando (1) tiver um corpo físico semelhante ao humano e (2) tiver capacidade de sentir.” (Benedetti; Sobral, 2003, p.207). É possível que uma entidade não humana compreenda o uso que a humanidade faz de máscaras, sobretudos ou lenços de cozinha e perceba que o status de cada um desses objetos não é o mesmo na categoria à qual pertencem?

Referências

- Barsalou, L. W. (1983) Ad hoc categories. *Memory & Cognition* 11 (03), pp.211-227.
- _____. & Sewell, D.R. (1984) Constructing representations of categories from different points of view. *Emory Cognition Project Technical Report #2*, Emory University.
- Benedetti, I. C. & Sobral, A. (2003) (orgs.). *Conversas com tradutores*. São Paulo: Parábola.
- De Vogüé, S., Franckel, J-J. & Paillard, D. (2011) *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto.
- Ferrari, L. (2011) *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto.



- García Márquez, G. (1992) *Doze contos peregrinos*. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2011) *Doce cuentos peregrinos*. 18ª ed. Buenos Aires: Debolsillo.
- Humboldt, W. V. (2001) Introdução a Agamêmnon. Tradução de Susana Kampff Lages. In: Heidermann, W. (org.) *Clássicos da teoria da tradução*. Florianópolis: UFSC. pp.90-103.
- Ibarretxe-Antuñano, I. & Valenzuela, J. (2012) *Linguística Cognitiva: origen, principios y tendencias*. In: _____. (orgs.). *Linguística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos. pp.13-28.
- Jakobson, R. (2010) *Linguística e comunicação*. 22ª ed. São Paulo: Cultrix.
- Lakoff, G. (1987) *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. & Johnson, M. (1980) *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Langacker, R. W. (1987) *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 1, *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- Perini, M. A. (2010) *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Ramos, A. G. (2000) *Entre las líneas: Gadamer y la pertinencia de traducir*. Visor: Madrid.
- Rogers, T. & McClelland, J. (2004) *Semantic cognition: a parallel distributed processing approach*. Londres: The MIT Press.
- Rosch, E. (1975) Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology* 104 (03). pp.192-233
- _____. & Mervis, C. B. (1975) Family Resemblances: Studies in the Internal Structure of Categories. *Cognitive Psychology* (07), pp.573-605.
- _____.; _____.; Gray, W. D.; Johnson, D. M. & Boyes-Braem, P. (1976) Basic Objects in Natural Categories. *Cognitive Psychology* (08), pp.382-439.
- _____. Principles of categorization. (1978) In: Rosch, E.; Lloyd, B. B. (orgs.). *Cognition and categorization*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum. pp.27-48.
- Snell-Hornby, M. (1999) *Estudios de traducción: hacia una perspectiva integradora*. Tradução de Ana Sofía Ramírez. Salamanca: Almar.
- Tomasello, M. (2003) *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes.

